

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.652.804 - PE (2017/0026595-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : BRPLAST EMBALAGENS FLEXÍVEIS LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCELO BECKER GIL RODRIGUES E OUTRO(S) - PE026346  
FLAVIO HENRIQUE LEAL LIMA - PE028077  
**RECORRIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADO** : BRUNA DE OLIVEIRA MACIEL E OUTRO(S) - PE024189

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BRPLAST EMBALAGENS FLEXÍVEIS LTDA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

*"Processual Civil. Agravo de instrumento a desafiar decisão que deferiu a alienação em hasta pública dos bens relacionados no auto de penhora, avaliação e depósito, id. 4050000.1807827.*

*A despeito da suspensão liminar da decisão que determinava a liquidação antecipada dos bens, objeto do presente litígio, modificação superveniente no curso da lide, enseja, no mérito, desfecho contrário à pretensão liberatória da agravante.*

*Isso porque, a princípio, a decisão agravada determinava proceder à liquidação antecipada de máquinas da agravante. Neste primeiro cenário, da apreciação do pedido liminar, a decisão agravada destoava dos requisitos do artigo 670, do Código de Processo Civil, sendo aí usque considerados três aspectos em favor do agravado.*

*O primeiro, a constatação da indispensabilidade dos bens à atividade da empresa, o segundo, a perenidade destes, insuscetíveis de depreciação econômica e, por fim, a pendência de julgamento da ação revisional 0800369-91.2012.4.05.8300, em que se questionava, exatamente, a nulidade dos títulos da execução que originou o presente incidente, na possibilidade de, deferida a alienação e, sobrevivendo o provimento da apelação naquele processo, restaria firme a certeza de danos irreparáveis à agravante.*

*A notícia confirmada por consulta aos dados do PJe, sobre o julgamento desta ação pela Primeira Turma deste Regional, no sentido da rejeição da pretensão autoral (nestes autos da agravante) id. 4050000.2911121, impõe condição que não mais justifica a suspensão dos atos executivos, uma vez que fenece a esta instância a fumaça do bom direito.*

# Superior Tribunal de Justiça

*Demais disso, qualquer recurso às cortes superiores contra o referido acórdão, far-se-á desguarnecido do efeito suspensivo. Agravo improvido.. " (e-STJ,fl.354.)*

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 394/398)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 670, do CPC/73, correspondente ao atual artigo 852, do Novo Código Adjetivo, sustentando, em síntese, que a alienação antecipada dos bens que foram relacionados no auto de penhora, avaliação e depósito, na execução de Título Extrajudicial nº 0000926-77.2013.4.05.8300 acarretará ao recorrente um dano irreparável e imensurável, não sendo o julgamento desfavorável ao recorrente na apelação proposta nos autos da ação revisional do título em execução suficiente para elidir a fumaça do bom direito da parte recorrente, uma vez que ela não transitou em julgado.

Defende que os bens penhorados são máquinas industriais, ou seja, não se tratam de bens perecíveis, tampouco consumíveis, que sua alienação constitui medida extremamente invasiva à atividade comercial da recorrente, que já se encontra prejudicada em virtude da ausência de capital de giro e que os bens penhorados suéram em muito o valor da execução, de modo que não se aplica ao presente caso, nem nenhuma das exceções previstas no art. 670 do CPC/73.

Apresentadas contrarrazões às fls.436/446 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

O Tribunal de origem, no que pertine à possibilidade de alienação antecipada dos bens da recorrente, assim dispôs:

*"Isso porque, a princípio, a decisão agravada determinava proceder à liquidação antecipada de máquinas da agravante. Neste primeiro cenário, da apreciação do pedido liminar, a decisão agravada destoava dos requisitos do artigo 670, do Código de Processo Civil, sendo aí usque considerados três aspectos em favor do agravado.*

*O primeiro, a constatação da indispensabilidade dos bens à atividade da empresa, o segundo, a perenidade destes, insuscetíveis de depreciação econômica e, por fim, a pendência de julgamento da ação revisional 0800369-91.2012.4.05.8300, em que se questionava, exatamente, a nulidade dos títulos da*

*execução que originou o presente incidente, na possibilidade de, deferida a alienação e, sobrevindo o provimento da apelação naquele processo, restaria firme a certeza de danos irreparáveis à agravante.*

*Pois bem, a notícia trazida pela exequente, ora agrada, confirmada por consulta aos dados do PJe, sobre o julgamento desta ação pela Primeira Turma deste Regional, no sentido da rejeição da pretensão autoral (nestes autos da agravante) id. 4050000.2911121, impõe condição que não mais justifica a suspensão dos atos executivos, uma vez que fenece a esta instância a fumaça do bom direito." (e-STJ, fls. 352/353)*

Como se vê, a Corte de origem concluiu pela ausência do *fumus boni iuris* necessário à concessão do efeito suspensivo pleiteado pela recorrente no agravo de instrumento interposto contra a decisão que deferiu a alienação antecipada dos seus bens, unicamente com base no julgamento improcedente da ação revisional.

Ocorre que o art. 670, do CPC/73 prevê que a alienação antecipada é medida excepcional, que somente se justifica quando verificada uma das hipóteses ali descritas. Neste sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ALIENAÇÃO ANTECIPADA DO VEÍCULO PENHORADO. ART. 670 DO CPC. DESVALORIZAÇÃO OU DEPRECIAÇÃO CARACTERIZADA. REAVALIAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS.**

**IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

*1. É cediço que a alienação antecipada é medida recomendável quando existir risco de depreciação econômica dos bens penhorados no decorrer do processo, consoante disposto no 670 do Código de Processo Civil/1973.*

*2. Hipótese em que o Tribunal de origem, após sopesar as provas dos autos, entendeu ser devida a venda antecipada do bem penhorado tendo em vista a sua depreciação (que acontece mês a mês).*

*3. Desse modo, rever a conclusão a que chegou o acórdão recorrido sobre a presença dos requisitos necessários e a necessidade de venda antecipada do bem penhorado, ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em Recurso Especial a teor do enunciado 7 da Súmula do STJ.*

*4. Recurso Especial não provido.*

*(REsp 1637824/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS. EXECUÇÃO. ALIENAÇÃO ANTECIPADA. ART. 670 DO CPC. INDEFERIMENTO. REAVALIAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.*

*1. É ônus processual do requerente da alienação antecipada do art. 670 do CPC comprovar a presença dos requisitos para sua implementação. O reexame desses pressupostos nesta Corte demandaria nova investigação de fatos e provas dos autos, com óbice no enunciado 7 da Súmula desta Corte.*

*2. Agravo regimental a que se nega provimento.*

*(AgRg no AREsp 345.266/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 04/09/2014)*

Tal entendimento fora expressamente adotado pela Corte de origem quando, em decisão liminar no agravo de instrumento, destacou ser necessário analisar a *indispensabilidade dos bens à atividade da empresa e a perenidade destes, insuscetíveis de depreciação econômica.*

Ocorre que, ao julgar o mérito do agravo de instrumento, a Corte de origem deixou de analisar tais requisitos, limitando-se a fundamentar o deferimento da alienação antecipada com base no desprovimento da apelação interposta pelo recorrente na ação anulatória do título que embasa a execução, o que, como visto, não se adequa à previsão legal.

Frise-se que não se trata de revolver, nesta Corte Superior, o suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório, mas sim de determinar o retorno dos autos à Corte origem para que analise os requisitos postos em lei para alienação antecipada dos bens do executado.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à Corte origem para que analise os requisitos para alienação antecipada dos bens do executado, nos termos da fundamentação acima.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator